

ANEXO III

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PROJETO

(PLANO DE TRABALHO)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO		
1.1. Título/Nome do projeto: JET – Juventudes em Transformação		
1.2. Diretriz de Execução: 6 - Sistema Municipal de atendimento às medidas socioeducativas		
1.2.1. Projeto relacionado à Diretriz 6.4: Projetos que promovam o acesso à cultura, esporte, artes, lazer e a inserção no mundo do trabalho		
1.3. Organização proponente: CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária		
1.4 CNPJ: 57.395.287/0001-13		
1.5 Banco: Banco do Brasil - 001	1.6 Agência: 3336	1.7 C/C Geral : 6019-4
1.7 Site: www.cenpec.org.br		
1.8 e-mails para contato (pelo menos 2): cenpec@cenpec.org.br e administrativo@cenpec.org.br e mobilizacao@cenpec.org.br		
1.9 Nomes do Responsável legal da Organização: Anna Helena de Almeida Pires Altenfelder Silva		
1.10 RG: 9.211.822-7	1.11. Órgão Expedidor: SSP-SP	
1.12 Nome do Responsável legal do Projeto: Marília Rovaron		
1.13 RG: 26.865.500-5	1.14. Órgão Expedidor: SSP-SP	

2. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

2.1. Histórico da organização:

O CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos que, há 32 anos, cumpre sua missão de contribuir para as políticas públicas de educação que promovam a equidade e a redução das desigualdades sociais no Brasil. Está presente em todo o país por meio do trabalho de formação de profissionais da educação, assessoria para sistemas de ensino da rede pública, produção de materiais didáticos e pesquisas, além da construção de metodologias de ensino e aprendizagem, entre outros.

Nossas ações têm como foco a escola pública, os espaços educativos de caráter público e as políticas e iniciativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades. A atuação do CENPEC engloba ainda a participação em fóruns e redes, com o intuito de colocar o debate sobre Educação como prioridade para toda a sociedade e de contribuir para a criação e concretização de políticas públicas.

Para desenvolver e cumprir com sua missão e objetivos, o CENPEC conta com uma equipe multidisciplinar que possui larga experiência no campo da educação, na realização de pesquisas e na produção e sistematização de conteúdos.

Temos como norte posicionamentos que pautam nossas ações e expressam, acima de tudo, nosso compromisso com a educação pública de qualidade para todas as crianças, adolescentes e jovens. São eles:

- ❖ **Gestão:** Fortalecer a gestão escolar para o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens.
- ❖ **Valorização docente:** Contribuir para a valorização e formação dos profissionais da Educação.
- ❖ **Base curricular:** Contribuir para a implementação de uma Base Nacional Comum Curricular.

- ❖ **Letramento:** Promover a ampliação e a diversificação do letramento.
- ❖ **Educação Integral:** Contribuir para fortalecer as políticas que visam o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens.
- ❖ **Educação e Equidade:** Contribuir na construção de políticas para infância, adolescência e juventude que enfrentem as desigualdades sociais.

As ações ocorrem em parceria com secretarias municipais e estaduais, ministérios, empresas, fundações e institutos empresariais, organismos multilaterais e organizações da sociedade civil ou institutos de pesquisa. O denominador comum é a forma de atuar: sempre baseada na escuta dos participantes, na colaboração, no compartilhamento de visões e na construção coletiva do conhecimento.

Na direção do trabalho para/com as juventudes, o CENPEC tem elaborado propostas pautadas em percursos formativos que promovam a construção de projetos de vida individuais, aliados a processos coletivos, de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento de jovens que vivem em territórios vulneráveis e com risco social. Nestas proposições, é necessário reconhecer não apenas a complexidade de atuais demandas dos jovens (por uma educação de qualidade, por participação política, por mobilidade urbana, por trabalho digno, entre outras), mas também seus potenciais.

Especificamente destinado ao trabalho com adolescentes em conflito com a lei, o CENPEC desenvolveu de 2000 a 2005 o *Programa Educação e Cidadania* – PEC, elaborado e implementado em parceria com a antiga Febem (atual Fundação CASA) e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

Com o objetivo de fortalecer o aproveitamento educacional dos adolescentes durante sua permanência nas antigas UIPs, por meio de uma proposta curricular adequada à provisoriedade de tempo de internação, o PEC foi criado especialmente para os meninos e meninas em situação de internação provisória. Proposta educativa com foco no desenvolvimento de conteúdos escolares e oficinas culturais, o PEC possibilitava o acesso ao conhecimento sistematizado e ao pensamento crítico e, ao contribuir para a reorientação e formação de valores, favorecia a volta dos jovens à vida escolar e comunitária.

Para implementar as atividades educacionais no cotidiano dos centros de internação, o Cenpec produziu para o PEC um conjunto de materiais pedagógicos e desenvolveu um programa de formação de educadores da antiga Febem e da Secretaria de Educação de São Paulo.

Ainda com foco no atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, também em parceria com a Fundação CASA, há onze anos o CENPEC vem realizando o projeto **Educação com Arte: Oficinas culturais**, que busca garantir o acesso à experiência cultural e artística para adolescentes e jovens que cumprem medida de privação de liberdade, por meio de ações socioculturais (oficinas, eventos e workshops) nos Centros de Internação – CIs, da Fundação CASA, articuladas ao projeto político pedagógico institucional. Nesse sentido, têm sido construídas metodologias formativas e realizados encontros de formação com os arte-educadores para reflexão, planejamento, registro e supervisão da prática. Atualmente executamos 87 oficinas simultâneas, para aproximadamente 1.305 adolescentes.

Somam-se às ações desenvolvidas com e para juventudes nos últimos anos o *Programa Jovens Urbanos*, que foi realizado durante 14 edições no município de São Paulo (local de desenvolvimento do laboratório do Programa); na 1ª edição em quatro municípios do Vale do Paraíba; na 3ª edição na cidade do Rio de Janeiro, além de ter atuado nos municípios de Pouso Alegre (MG) e Serra (ES). Este Programa, finalizado no ano de 2018, investiu na construção de propostas de trabalho com juventude que visam ampliar o repertório sociocultural dos jovens para a construção de seus projetos de vida e para o seu desenvolvimento integral.

Durante os anos de 2017 e 2018 o CENPEC realizou assessoria técnica para a Coordenadoria de Juventude de Paraty, em parceria com o Programa Juntos, realizado pela Comunitas. O trabalho consistiu em assessorar a equipe da Coordenadoria de Juventude para sua estruturação institucional, promovendo formação técnica, encontros públicos e desenvolvimento de estratégias para articulação intersetorial e composição de uma agenda para as políticas de juventude local.

No ano de 2019, iniciamos o desenvolvimento de uma assessoria técnica para o Programa Jovem Aprendiz, do Banco Itaú, que compreende a constituição de um grupo de profissionais tutores de jovens no banco, com o objetivo de organizar os processos de mudança necessários no Programa de Aprendizagem. Propõe-se contribuir para a qualificação da inserção dos jovens no mundo do trabalho, apresentando proposições técnicas para a reformulação da política de desenvolvimento da carreira de jovens aprendizes e seu percurso formativo através da valorização e reconhecimento da diversidade da cultura juvenil como elemento estruturante para o desenvolvimento do jovem.

Serão trabalhados temas relativos às “juventudes”, conceito que coloca em relevo a diversidade de experiências e de práticas dos jovens brasileiros.

Registro no CMDCA: 1956/2016 – validade: 20/05/2021.

3. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

3.1. Diretriz 6: Sistema Municipal de atendimento às medidas socioeducativas - 6.4 Projetos que promovam o acesso à cultura, esporte, artes, lazer e a inserção no **mundo do trabalho**.

3.2. Projeto a ser desenvolvido, conforme Diretriz

JET – Juventudes em Transformação*

*A palavra JET, dentro do vocabulário usual dos jovens que habitam e transitam nas periferias da cidade de São Paulo tem um significado que valoriza a ação de movimento, de circular pelos espaços que lhes são caros. “Dar um jet” é sinônimo de “dar um rolê” ou “dar um peão”. Optamos pela escolha da palavra para compor o nome do projeto por compreendermos a importância do vocabulário que é próprio das juventudes em outros contextos em que estão inseridos, para sua valorização e pela potência que descortina.

3.3. Apresentação:

O presente projeto atuará em duas vertentes e tem como objetivos centrais a formação de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativa ou que estejam em cumprimento de medida em meio aberto, sobre questões relacionadas à qualificação para o mundo do trabalho, para potencializar suas condições de empregabilidade e o fortalecimento de instituições que atuam com esse público durante o cumprimento da medida em meio aberto.

Serão identificados 100 adolescentes e jovens (25 de cada região de São Paulo, zona norte, sul, leste e oeste) e 4 organizações parceiras, que executam medida socioeducativa em meio aberto nas regiões onde residem os adolescentes, para desenvolver um conjunto de oficinas que proporcione aos jovens **repensarem seus projetos de vida e de trabalho** a partir de critérios

éticos, de respeito a diversidade, participação na vida pública, e solidariedade, com vistas a assegurar a garantia dos direitos preconizados nos estatutos legais.

Com vistas à sustentabilidade do projeto, a proposta inclui formações específicas com os técnicos e educadores sociais das organizações parceiras, contemplando temáticas que sejam de seu cotidiano de trabalho junto aos adolescentes, famílias e rede de proteção dos territórios. Além das oficinas dirigidas aos profissionais dos serviços, eles também acompanharão as atividades que realizaremos com os adolescentes, jovens e familiares, para que tenham referências de diferentes metodologias e instrumentos formativos, que poderão ser adaptados e utilizados nos programas que desenvolvem. Buscamos, com tais ações, dar subsídios que auxiliem no fortalecimento da gestão e formação continuada dos serviços.

Interligado aos processos formativos, buscar-se-á fortalecer a rede de garantia de direitos dos adolescentes e jovens dos territórios, a fim de ampliar as oportunidades formativas, de cultura, lazer e inserção laboral para os jovens. Para tanto, os diferentes órgãos governamentais efetivadores de políticas públicas, OSCs e coletivos que atuam com a juventude serão contatados em diferentes fases do projeto para participarem de rodas de conversa, grupos de discussão, reuniões e seminários, visando estreitar a comunicação entres esses atores e os jovens para que suas demandas estejam cada vez mais alinhadas ao que é ofertado nos territórios.

3.3.1 Público prioritário:

No cotidiano das cidades brasileiras, os/as jovens são atingidos/as diretamente pela instantaneidade e ausência de perspectivas do nosso tempo, assim como pela profunda desigualdade social atribuída à má distribuição de renda e ausência de políticas públicas capazes de responder às necessidades de uma população que vive constantemente assediada por ideologias de consumo e que afirmam de forma impositiva que o lugar social de cada indivíduo se traduz pelo seu potencial aquisitivo.

Nesse cenário, torna-se um desafio para a sociedade pensar e desenvolver um trabalho educativo com jovens e, principalmente, com aqueles/as que já se envolveram na prática de atos infracionais, rompendo com o estigma e o lugar social do/a suposto/a “adolescente infrator/a”, que só é potente nas ações violentas e na desobediência às regras sociais.

Na modernidade desenvolveu-se a ideia de que o importante é o que os jovens vão se tornar quando forem adultos, afinal eles não são nem crianças nem adultos. Essa perspectiva costuma

invisibilizar a “juventude”, especialmente aqueles oriundos das classes populares e em situações de vulnerabilidade. Desse ponto de vista a juventude seria um período de preparação e de espera, onde os principais marcos do final dessa fase seriam a inserção no mundo do trabalho, a constituição de um novo núcleo familiar e a procriação. Uma construção típica ideal do imaginário social que se tem sobre essa fase da vida. No entanto, quando um jovem se envolve com atos infracionais, ele passa a ser visível para sociedade, que ao invés de acolhê-lo na perspectiva de garantir seus direitos e exigir suas responsabilidades, o estigmatiza. Esse estigma inviabiliza ainda mais as possibilidades desses jovens em consolidarem seus projetos de vida e de trabalho.

Nesse sentido, se faz extremamente necessário e urgente a implementação de políticas públicas inovadoras que olhem para esses meninos e meninas não como vítimas ou vilões, mas como sujeitos de direitos e responsabilidades. Isso implica um esforço interno e uma reeducação do olhar sobre esses jovens, evitando pautá-los a partir do que lhes falta. A lente utilizada pelos adultos, que prioriza o foco no que falta aos jovens aparece em falas como “eles não têm limites, não têm valores, não têm perspectivas, não têm sonhos, não têm boa autoestima”. Esse modo de ver os jovens pressupõe um modelo ideal do que eles deveriam ser, raramente coincidindo com os jovens da vida real. Se o olhar fica preso ao ângulo do que falta ao jovem, a escuta não se realiza e o adulto, em vez de ajudá-lo a pensar sobre si, acaba ocupando o lugar de quem faz julgamentos morais.

Dados da publicação “Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil”, divulgados em abril de 2018 pela Fundação Abrinq, revelam o que já sabemos empiricamente: mais de 40% de crianças e adolescentes vivem em situação domiciliar de pobreza no Brasil, índice que representa 17,3 milhões de indivíduos. Em relação àqueles em extrema pobreza, o número chega a 5,8 milhões, ou seja, 13,5% de crianças e adolescentes.

Dados apresentados no Mapa da Violência 2016 revelam que o número de mortes de jovens com idade entre 15 e 29 anos foi maior do que o restante da população entre os anos de 1980 e 2014.

Apenas no Estado de São Paulo, atualmente, há cerca de 28 mil adolescentes e jovens cumprindo medida socioeducativa. Desse total, aproximadamente nove mil estão em regime de internação, período marcado pela ruptura e descontinuidade de vínculos com suas famílias e comunidades. A maioria desses jovens é composta por negros e pardos na faixa etária entre 12 e 21 anos incompletos, pertencentes às periferias de São Paulo e com histórico de abandono escolar. Torna-se urgente, portanto, que as instâncias públicas e sociedade civil proponham medidas que tenham

como foco adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e educacional, sobretudo no período pós medida socioeducativa, onde deixam de contar com a proteção do Estado que, no período da medida, acompanha e, em alguns casos, é responsável, por ações nos âmbitos escolares, de saúde e assistência social.

Nesse sentido, o projeto ora apresentado, considerando as dificuldades que os jovens autores de atos infracionais encontram em sua trajetória pós medida socioeducativa, dada à ausência de política pública voltada aos egressos do Sistema Socioeducativo, buscará minimizar os obstáculos que são vivenciados pelos jovens em suas trajetórias, sobretudo na busca por trabalho, que demanda determinados saberes, para que tenham sucesso nessa empreitada. Ter condições de elaborar um currículo, saber como se portar em um processo seletivo e onde buscar vagas de emprego são requisitos básicos que, não apenas a pouca idade, mas também as experiências educacionais e sociais que têm, são limites para que alcancem resultados positivos na atuação em trabalhos que estejam fora do campo das ilegalidades.

3.3.2. Fortalecimento da rede de garantia de direitos das crianças, adolescentes e jovens

O Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes (SGDCA) prevê a articulação e integração de diferentes instâncias públicas e sociedade civil para a efetivação dos direitos das crianças, adolescentes e jovens no que se refere aos mecanismos de promoção, defesa e controle desses direitos. São muitos os atores envolvidos (família, comunidade, OSCs, órgãos públicos como escolas, varas da infância, unidades básicas de saúde, centros de cultura, entre outros) para que haja efetiva garantia de que os direitos serão preservados.

Dada a importância da articulação de rede para que o SGDCA funcione plenamente, o projeto reconhece essa articulação como importante estratégia para que ações com adolescentes e jovens sejam realmente efetivadas e foquem na ampliação de oportunidades. Dessa forma, pretende-se proporcionar espaços constantes de discussão (rodas de conversa, grupos de discussão, seminários, entre outros) a fim de somar recursos de múltiplas naturezas e potencializar as ações nos territórios voltada aos jovens.

Uma das primeiras iniciativas da equipe será a de realizar um mapeamento em cada localidade sobre as políticas públicas, os equipamentos públicos, OSCs, coletivos e demais movimentos que tenham como foco a atuação com os adolescentes e jovens autores de atos infracionais visando estreitar relações e estabelecer parcerias com o projeto. Posteriormente, integrantes da rede serão

convidados a participar de uma roda de conversa em que se apresentará o projeto.

Findada esta etapa, a equipe estabelecerá parcerias com os serviços que executam medidas socioeducativas para a divulgação do projeto aos adolescentes e jovens. Serão propostas reuniões formativas entre os componentes dos serviços (técnicos e educadores sociais), onde os profissionais participarão de atividades que visam à formação continuada em diferentes temáticas, todas relacionadas ao trabalho desenvolvido com o público jovem atendido pelas organizações.

Entendemos que o que possibilita o dinamismo e o comprometimento da rede é o fato de as parcerias oferecerem possibilidades de desenvolvimento institucional para cada um dos parceiros. Ou seja, todos os integrantes da rede conseguem ao mesmo tempo contribuir para a realização do seu programa, potencializar e qualificar suas próprias ações e finalidades ao atuarem em parceria.

As organizações locais, ao promoverem as articulações no interior do território, legitimam ainda mais sua intervenção na comunidade e potencializam novas parcerias. A comunidade, em contrapartida, legitima a ocupação dos espaços públicos e comunitários pelos jovens, bem como as ações das organizações executoras.

As OSCs, dada sua vocação comunitária, capilaridade e representatividade, em suas propostas, apresentam respostas às demandas locais e aos anseios comunitários, vinculam-se aos mais distantes territórios desse país, tem legitimidade e credibilidade para atender situações complexas, como o cumprimento de medidas socioeducativas, em meio aberto, com vistas a assegurar, na perspectiva da garantia de direitos, condições de inserção social de adolescentes em conflito com a lei, ou autores de atos infracionais, a partir de sua formação para o mundo do trabalho.

Finalmente, com o poder público, a relação a ser estabelecida permitirá somar recursos técnicos e financeiros, contribuindo efetivamente para o fortalecimento das políticas.

Ao propormos envolver a rede de cada território ao projeto, por meio de espaços e canais constantes de comunicação (rodas de conversa, grupos de discussão e seminários), espera-se que os integrantes aprimorem suas metodologias de formação, incorporem novos e múltiplos saberes educacionais e técnicos e envolvam de maneira efetiva a comunidade com as questões de seu próprio território, já que o cotidiano da formação dos jovens é levado a cabo pelas instituições locais.

3.3.3. Mecanismos de Participação Comunitária

De acordo com a pesquisa realizada para a elaboração desta proposta, que foi efetivada por meio de leitura do plano decenal das medidas socioeducativas do município de São Paulo e também de ações que o CENPEC desenvolveu e/ou desenvolve nesse território, a demanda por atividades que possibilitem aos jovens a conclusão dos estudos e a inserção qualificada no mundo do trabalho é prioridade nos territórios em que o projeto atuará e no campo das políticas públicas juvenis. Apesar de para a escrita inicial do projeto não ter sido possível a realização de uma consulta sistemática às comunidades, entendemos que os Planos Decenais de Medidas Socioeducativas, dado o caráter participativo que fundamenta a sua construção, representam um importante documento de diagnóstico de necessidades dessas localidades.

Aliado a isso, os altos índices de defasagem escolar dos jovens, atrelados à ausência de oportunidades produtivas ofertadas pelo mercado de trabalho “legal”, ao mesmo tempo em que sobram oportunidades de inserção nos mercados “ilegais”, parecem deflagrar um cenário propício ao processo estigmatizante pelo qual grande parte da juventude passa. A vivência dos jovens em comunidades pobres e periféricas parece reproduzir estigmas referentes às ideias de um cotidiano marcado pela criminalidade e marginalidade projetada nesses indivíduos em formação. É como se estivessem fadados à inserção no campo das ilegalidades, dadas todas as fragilidades e vulnerabilidades a que estão expostos.

Considerando fundamental a participação das famílias dos jovens e da comunidade para a efetividade da proposta, as ações previstas no projeto incluem a sua presença na adoção e acompanhamento das ações executadas. Serão, portanto, realizados seminários, discussões e atividades que possibilitem à comunidade apropriar-se das demandas locais e promover o compartilhamento dos resultados. Espera-se estabelecer um diálogo até então inédito nesses contextos, sobretudo ao propormos ações que sejam conduzidas e vivenciadas por jovens que comumente são avaliados de forma negativa pela comunidade, como é o caso dos jovens que cometeram atos infracionais.

As relações entre jovens e territórios terão mais condições, através de suporte formativo com as redes e famílias, de serem ressignificadas. Destacar as potencialidades positivas desses meninos e meninas e retirá-los da condição de “problema” é nossa prioridade, visto que esse é o obstáculo primeiro que tende a impossibilitar saltos no trabalho desenvolvido com esses jovens pelas redes

de proteção onde deveriam estar inseridos.

3.3.4. Interação com Políticas Públicas relacionadas aos resultados esperados, participação e transparência.

Dado o histórico do CENPEC de trabalhar sempre em articulação com as políticas públicas, principalmente no âmbito da educação, assistência social e cultura, este projeto não poderia deixar de caminhar na mesma direção. Reconhecemos que a sustentabilidade das ações propostas, entrelaçada ao fortalecimento das políticas públicas são ferramentas fundamentais para que determinados direitos sejam garantidos.

A partir das ações desenvolvidas no projeto, espera-se favorecer a inserção dos jovens no mundo do trabalho de maneira qualificada e dialogada, mobilizar a rede de serviços governamentais e não governamentais que trabalham com esses adolescentes, promover formações no campo da empregabilidade e dos direitos sociais, possibilitando as habilidades necessárias para sua empregabilidade e para o processo de formação educacional.

Com esse mesmo enfoque, espera-se fortalecer as políticas de educação, trabalho e assistência social, em especial às voltadas para o atendimento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas que estão em situação de vulnerabilidade social e educacional.

O termo vulnerabilidade engloba situações entre a iminência de um risco e a desvinculação ou desfiliação social, de fato, e embora se possa considerar que a ela se instale, em maior grau, nas populações pobres, nas sociedades capitalistas contemporâneas, a questão econômica apesar de relevante, não é, porém, a única determinante. Devido ao precário acesso à renda, os sujeitos acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, sejam tais meios materiais ou capacidades impalpáveis, como a autonomia, a liberdade, o autorrespeito.

Ademais, durante a escrita da proposta, buscou-se conhecer melhor o Plano Municipal e Decenal de Atendimento Socioeducativo para dialogarmos com as metas que dizem respeito à qualificação formativa e profissional de adolescentes e jovens. Tal processo será mediado pela escuta das reais necessidades dos jovens e por meio de metodologias diferenciadas que dialoguem com a juventude, conforme está proposto no âmbito deste projeto.

3.3.5. Leitura Diagnóstica

A questão do “trabalho” é a que mais interessa aos jovens de 15 a 24 anos. Ao lado do emprego, outra preocupação dos jovens é a “educação”. Uma hipótese para essa grande preocupação dos jovens, talvez seja o fato das famílias dependerem cada vez mais do salário de cada um de seus membros. A “necessidade” e a “independência” são os fatores que levaram os jovens brasileiros a colocar o trabalho no topo dos assuntos que mais lhes interessam na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, divulgada pelo Sebrae (que apesar de ser de 2004, são corroboradas por pesquisas da OIT e Unesco). Inúmeras pesquisas e a própria literatura acadêmica reconhece o “Trabalho” como uma categoria chave no imaginário juvenil. Análises da pesquisa *“Perfil da Juventude Brasileira”, concluem que, embora “objetivamente disforme” e “despadronizado”, com situações ocupacionais imprevisíveis, o trabalho continua ocupando lugar de referência importante para os jovens brasileiros, não sendo, portanto, “subjetivamente periférico” em suas percepções, comportamentos e atitudes.*

As recentes e profundas mudanças no cenário econômico e no mundo do trabalho, como flexibilização das legislações trabalhistas, crescente desemprego, crescente informalização, coloca um enorme desafio para juventude brasileira que busca uma ocupação nesse mercado de trabalho. São muitos os obstáculos enfrentados pelos jovens que buscam uma vaga no mercado de trabalho: poucas vagas existentes, muitas as exigências requeridas, baixa remuneração, más condições e longa jornada de trabalho, dificuldade de conciliar trabalho e escola. Essas vagas, quando encontradas, são majoritariamente caracterizadas pela baixa qualidade, pela precariedade dos vínculos empregatícios e por menor remuneração, são oriundas dos setores informais da economia e comprometem a escolarização.

Além disso, como a juventude é, de forma geral, menos qualificada e inexperiente, costuma ser a mais afetada em tempos de crise. A situação fica mais dramática quando se trata de jovens provenientes das classes populares, que são afetados desde cedo pela desatenção pública à sua educação, saúde, assistência e demais direitos fundamentais para sua formação, o que impacta decisivamente em desvantagens cognitivas, afetivas e sociais.

Em tempos de desemprego em alta, a falta de experiência faz com que os jovens sejam os que mais sofrem com o reduzido número de vagas. Dados do IBGE de 2018, mostram que, entre os trabalhadores entre 18 e 24 anos, a taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral. Enquanto a taxa geral ficou em 12,4% no segundo trimestre, entre os jovens esse

percentual salta para 26,6%. "Essa taxa é muito maior entre os jovens por conta das barreiras que são impostas a ele para ingressar no mercado de trabalho. Capacitar uma pessoa para o mercado de trabalho custa caro. Por isso o mercado tende a buscar quem já tem experiência profissional", explica Cimar Azeredo, que gerencia a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Portanto, para enfrentarem os desafios de se inserirem no mundo do trabalho, é preciso analisar a questão de uma forma crítica e reflexiva. Ou seja, o jovem necessita de uma boa formação educacional que lhe permita fazer as escolhas atuais e planos futuros a partir de suas necessidades e oportunidades do momento, mas também é preciso considerar seus desejos e sonhos de realização profissional. É necessário, ainda, oferecer a possibilidade de os jovens desenvolverem outras habilidades no plano da sociabilidade e da ampliação de seu repertório cultural. As aprendizagens compartilhadas por esse **conjunto de oficinas que culminarão em seu projeto de vida** interferirão positivamente na melhoria das condições de empregabilidade dos jovens.

Além dos temas específicos sobre trabalho, emprego, novas leis trabalhistas, economia solidária, associativismo e cooperativismo, empreendedorismo responsável, microcrédito, o conjunto de oficinas, por meio da sua proposta pedagógica, deve desenvolver o pensamento crítico, a solução de problemas, comunicação, colaboração, criatividade e inovação, possibilitando aos jovens que vislumbrem outras trajetórias de vida, fora do campo dos ilegalismos.

Demonstrada a necessidade do projeto, consideramos dentre os distritos e bairros prioritários, as seguintes regiões:

- Zona Norte: distrito da Brasilândia
- Zona Sul: distritos de Capão Redondo
- Zona Leste: distritos de Guaianases
- Zona Oeste: distritos de Rio Pequeno

O trabalho será desenvolvido em parceria com organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades socioeducacionais nos territórios acima referidos. Buscamos, com essas parcerias, fortalecer a atuação das instituições junto a esse público e aproximá-los, no âmbito do projeto, de uma visão mais ampliada acerca do mundo do trabalho.

3.3.6. Uma perspectiva ontológica sobre trabalho

Trabalho é criação e, nesta perspectiva, é uma atividade humana que busca a satisfação de necessidades, ou seja, é pelo trabalho que os homens transformam a natureza, constroem instrumentos, elaboram novas ideias e se transformam. Pelo trabalho os seres humanos têm a possibilidade de criar coisas que melhorem a qualidade de vida das pessoas. A energia elétrica, os carros, os computadores, os remédios, as construções, os livros, as produções artísticas são exemplos de criações humanas que transformam a natureza (os rios, as árvores, os minerais etc.) em coisas que melhoram nossas vidas. Dessa maneira, podemos afirmar que um indivíduo trabalha quando coloca em atividade suas forças espirituais, intelectuais e corporais, com o objetivo de criar, transformar ou construir algo que promova uma mudança de estado ou situação. No nosso cotidiano, porém, a palavra trabalho assume diferentes significados. Muitas vezes, ele nos lembra sofrimento, dor, estafa, um fardo que temos que carregar. Desse modo, uma atividade que poderia levar ao desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e da sociedade por meio da satisfação de nossas necessidades materiais e subjetivas, acaba por significar exploração e cansaço.

É preciso produzir novos significados sobre o conceito de trabalho e de inserção no mundo do trabalho, a partir de três perspectivas: **o trabalho como um valor, o trabalho como necessidade e o trabalho como um direito.**

4. OBJETIVOS E ABRANGÊNCIAS

4.1. Objetivo Geral

- Realizar formação para adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo ou que estejam em cumprimento de medida em meio aberto, sobre empregabilidade e mundo do trabalho, por meio de encontros presenciais, que proponham estratégias relacionadas ao “aprender a ser e a conviver”, no sentido de fortalecer seu desenvolvimento pessoal e potencializar sua capacidade de conhecer as particularidades do mundo do trabalho demandadas na atualidade.

4.2. Objetivos Específicos

- Realizar formação continuada de técnicos e educadores sociais de OSCs que executam medida socioeducativa em meio aberto para replicação da proposta nos territórios, a partir do contato e experimentação de diferentes metodologias formativas;

- Engajamento das famílias no processo de formação dos adolescentes e jovens para inserção no mundo do trabalho;

4.3. Abrangência Geográfica

É território prioritário desse Edital? (X) SIM () NÃO

Cidade de São Paulo¹

Em 2010, a população total do município era de 11.253.503 pessoas, destas 7,7% (n=867.430) tinham entre 10 e 14 e 7,48% (n=842.257) entre 15 a 19 anos, adolescente e jovens representavam em torno de 7% da população. Os dados escolares (escolas públicas) apontam que em 2016 eram 434.066 estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental sendo a taxa de distorção idade-série de 12% e de abandono escolar de 2,7% (n=11.868). No ensino médio estavam matriculados 414.208 estudantes, sendo 20% a taxa de distorção idade-série e 5,9% a de abandono escolar (n=24.462).

Em relação às OSCs do território, no levantamento realizado encontraram-se 230 que atuam no município com a população infanto-juvenil.

Os dados usados para a elaboração do Plano correspondem ao ano de 2014, época em que a média de atendimento mensal para o PSC foi de 739 e de LA 4.156 atendimentos. Em relação à idade dos adolescentes acompanhados em medidas em meio aberto, observou-se que há uma concentração na faixa etária de 15-17 anos, no intervalo de 2012 a 2014, e a maioria deles era do sexo masculino. Os dados analisados no documento apontam que a média do grau de escolarização tem maior incidência no Ensino Fundamental incompleto (62,8%). Portanto, em que pesem pequenas variações de concentração de ano a ano, o Ensino Fundamental Completo e Incompleto ainda era o grau de escolaridade mais representativo entre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Sobre o direito à profissionalização dos adolescentes, o documento aponta também ser um dos elementos mais frágeis na ação socioeducativa junto ao direito à escolarização.

4.4. Beneficiários Diretos:

É público prioritário desse Edital? (X) SIM () NÃO

¹ Dados obtidos a partir do Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo de São Paulo (2015-2025).

- Serão beneficiados 100 adolescentes/jovens, sendo 25 de cada distrito, a saber: Brasilândia, Capão Redondo, Guaianases e Rio Pequeno e 16 técnicos e educadores sociais de 4 organizações sociais que atuam nestes mesmos distritos e que atendem os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

4.5. Beneficiários Indiretos:

- Família e rede de atenção e proteção dos territórios;
- Demais adolescentes e jovens atendidos pelas organizações participantes do projeto;
- Equipes multiprofissionais das organizações que serão contempladas no projeto;
- Rede de atenção e proteção dos territórios.

4.6. Local/locais (indicar onde será desenvolvido o projeto/proposta/atividades).

Atuaremos, dentre os distritos e bairros prioritários da cidade, nas seguintes regiões:

- Zona Norte: distrito da Brasilândia
- Zona Sul: distritos de Capão Redondo
- Zona Leste: distritos de Guaianases
- Zona Oeste: distritos de Rio Pequeno

As formações com a equipe de técnicos e educadores sociais dos serviços serão realizadas na sede no CENPEC, localizada no bairro do Higienópolis.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

5.1. Duração

O projeto terá a duração de **1 ano (12 meses)**.

5.2. Início e Término

As atividades terão início no mês de **março/2020** com previsão de término no mês de **fevereiro/2021**.

5.3. Carga horária das atividades por turmas ou grupos.

Público	Número de turmas	Número de oficinas por turma	Carga horária por turma	Carga Horária Total
Com jovens	4	12	36h	144hs
Com profissionais	4	6	18h	72hs
Com famílias	4	2	6h	12hs
Feira de Empregos e profissões	4	1	4h	16hs
Seminário	1	1	6h	6hs
Total	17	22	70h	250hs

5.4. Número de turmas, grupos ou eventos

Público	Número de turmas	Número de oficinas por turma	Carga horária por turma	Carga Horária Total
Com jovens	4	12	36h	144hs
Com profissionais	4	6	18h	72hs
Com famílias	4	2	6h	12hs
Feira de Empregos e profissões	4	1	4h	16hs
Seminário	1	1	6h	6hs
Total	17	22	70h	250hs

5.5. Carga horária para temas extracurriculares

Público	Oficinas de temas extracurriculares	Carga horária
Com jovens	6	18hs
Com profissionais	2	6hs
Com famílias	2	6hs
Seminário	1	6hs
Total	11	36hs

6. Descrição das atividades que serão executadas

a) Planejamento pedagógico da ação:

O que:

O desenvolvimento de **oficinas**:

- 1. com adolescentes** em cumprimento de MSE em meio aberto ou egressos – 100 adolescentes sendo:

- 25 em cada uma das quatro regiões definidas para atuação do projeto;
- duas oficinas em cada mês,
- com duração de 3h cada oficina;
- durante 6 meses.

2. com técnicos e educadores de organizações da sociedade civil que atendem esse segmento etário;

- 16 técnicos e educadores, sendo 4 de cada uma das regiões;
- Uma oficina ao mês;
- com duração de 3h cada oficina;
- durante 6 meses.

3. com famílias dos adolescentes

- 100 famílias dos adolescentes sendo 25 em cada uma das regiões;
- Duas oficinas sendo a primeira no início e a segunda ao término do projeto;
- com duração de 3h cada oficina.

4. Feira de empregos e profissões – 4 dias, 4h

5. Seminário - culminância do projeto – 1 dia, 6h.

b) Porque:

A realidade das periferias dos grandes centros urbanos, como é o caso da cidade de São Paulo, é marcada pela falta de oportunidades aos adolescentes e jovens dado o nulo acesso às políticas públicas de proteção e apoio a esse segmento marcado por vulnerabilidade social presente nesses territórios.

Nesse sentido, a proposta ora apresentada representará uma possibilidade concreta para que adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo ou que estejam em cumprimento de medida em meio aberto, tenham acesso a um processo de formação que lhes garanta direitos na perspectiva de seu desenvolvimento integral e sua capacitação para o mundo do trabalho, ou seja, alcançar sua inserção social e laborativa.

c) Para que:

Justifica-se a proposição de oficinas com os diferentes públicos para o alcance dos objetivos propostos a saber: adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativa ou que estejam em cumprimento de medida em meio aberto, técnicos e educadores das organizações da sociedade civil – OSCs, responsáveis pelo atendimento e acompanhamento do público acima referido como também as famílias dos adolescentes, possibilitará, ao mesmo tempo, o alcance da qualificação pretendida para os adolescentes, a replicação da metodologia de formação dos educadores que acompanharão o andamento do projetos em suas diferentes etapas e ainda o engajamento das famílias nesse processo.

Vale destacar a ênfase que norteará o desenvolvimento das oficinas com adolescentes e jovens: formação presencial, que proponha estratégias relacionadas ao “aprender a ser e a conviver” no sentido de fortalecer seu desenvolvimento pessoal e potencializar sua capacidade de conhecer as particularidades do mundo do trabalho demandadas na atualidade.

d) Para quem:

O projeto ora apresentado tem como público-alvo adolescentes e jovens que sejam egressos do sistema socioeducativo ou que estejam cumprindo medida em meio aberto, bem como técnicos e educadores sociais que atuam em organizações da sociedade civil que executam medida socioeducativa em meio aberto nas quatro regiões priorizadas nesta proposta.

e) Como:

Os encontros com adolescentes, famílias e equipes dos serviços de MSE em meio aberto acontecerão em formato de oficinas, que serão realizadas nos territórios abaixo relacionados. Também serão realizadas feiras de emprego, voltada aos jovens participantes do projeto e demais adolescentes atendidos pelas OSCs e um Seminário final, onde apresentaremos o trabalho realizado com as equipes e perspectivas de ações voltadas à inserção dos jovens no mundo do trabalho.

f) Onde:

Atuaremos, dentre os distritos e bairros prioritários da cidade, nas seguintes regiões:

- Zona Norte: distrito da Brasilândia
- Zona Sul: distritos de Capão Redondo
- Zona Leste: distritos de Guaianases
- Zona Oeste: distritos de Rio Pequeno

g) Quando será feito?

Entre os meses de fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021.

6.1. Critérios para escolha de beneficiários diretos:

Os adolescentes e jovens serão selecionados através da parceria a ser estabelecida com as organizações que realizam o acompanhamento da medida socioeducativa em meio aberto nos diferentes territórios. Serão priorizados jovens que estejam desempregados e que tenham interesse em participar das ações formativas, compreendendo que não se trata de continuidade da medida socioeducativa ou, no caso de adolescentes que estejam cumprindo LA ou PSC, de uma atividade de participação obrigatória. Entendemos que o desejo dos participantes em compor as turmas seja elemento essencial para o sucesso das ações.

6.2. Calendário/ Formato Mensal:

ANO	MÊS	ATIVIDADE - POR TURMA E TERRITÓRIO			LOCAL
2 0 2 0	Março	Identificação OSCs; mapeamento e caracterização			4 regiões
	Abril	Mobilização – busca ativa jovens em cumprimento de MSE			4 regiões
	Maio	Dois (2) encontros com jovens	3h formação para mundo do trabalho	3h temas extracurriculares	4 regiões
		Um (1) encontro com famílias	3h formação sobre empregabilidade e garantia de direitos		4 regiões
		Um (1) encontro com profissionais	3h formação sobre metodologia de trabalho com jovens		Sede do CENPEC
	Junho	Dois (2) encontros com jovens	3h formação para mundo do trabalho	3h temas extracurriculares	4 regiões
		Um (1) encontro com profissionais	3h formação sobre metodologia de trabalho com jovens		Sede do CENPEC
	Julho	Dois (2) encontros com jovens	3h formação para mundo do trabalho	3h temas extracurriculares	4 regiões
		Um (1) encontro com profissionais	3h formação sobre metodologia de trabalho com jovens		Sede do CENPEC
	Agosto	Dois (2) encontro com jovens	3h formação para mundo do trabalho	3h temas extracurriculares	4 regiões
		Um (1) encontro com profissionais	3h formação sobre metodologia de trabalho com jovens		Sede do CENPEC
	Setembro	Dois (2) encontros com jovens	3h formação para mundo do trabalho	3h temas extracurriculares	4 regiões
		Um (1) encontro com profissionais	3h formação sobre metodologia de trabalho com jovens		Sede do CENPEC
	Outubro	Dois (2) encontros com jovens	3h formação para mundo do trabalho	3h temas extracurriculares	4 regiões
		Um (1) encontro com famílias	3h formação sobre garantia de direitos e rede de proteção		4 regiões
		Um (1) encontro com profissionais	3h formação sobre metodologia de trabalho com jovens		Sede do CENPEC
	Novembro	Feira de Empregos e profissões			4 regiões
		Avaliação conjunta com profissionais das organizações			4 regiões
	2 0 2 1	Fevereiro	Seminário Final com adolescentes e profissionais dos 4 territórios		
Sistematização e relatório final			Sede do CENPEC		

7. Metodologia

7.1. Formação e equipe profissional

O Projeto atuará no município São Paulo e terá uma equipe composta por coordenador geral, um técnico de projetos, um educador social e três profissionais de notório saber, que serão as responsáveis pelas oficinas formativas com as equipes de profissionais.

Para que os objetivos do projeto sejam alcançados e os jovens tenham possibilidades reais de inclusão social nos territórios em que estão inscritos, propomos a utilização de metodologias que possibilitam uma formação plural, flexível e contextualizada, baseada nos princípios dos Direitos Humanos, sobretudo no respeito às diferenças de gênero, étnico-raciais e socioespaciais.

O conceito de oficina utilizado será o desenvolvido pelo CENPEC² em vários de seus projetos que a define como “propostas de atividades que seguem metodologia própria, promovendo a reflexão a partir de uma vivência prática (...). Valorizam o trabalho coletivo, privilegiando o princípio do aprender fazendo e a mobilização dos saberes e conhecimentos de todos os envolvidos. Caracterizam-se pela vivência coletiva de situações concretas e significativas. Dessa forma, a metodologia de oficinas muda o foco tradicional da aprendizagem, incorporando a ação e a reflexão. Estão organizadas em grupos temáticos e são ajustáveis às condições de trabalho e de tempo dos interessados em utilizá-las”.

7.2. A proposta pedagógica:

A aprendizagem é aqui compreendida como um processo ininterrupto que se inicia com o nascimento e que se estende por toda a vida. Sempre existe a possibilidade de aprender coisas novas, desde que tenhamos vontade e motivação para aprender e que, principalmente, existem condições facilitadoras para o processo de aprendizagem. Cotidianamente estamos aprendendo ao ouvir as outras pessoas, dialogando ou discutindo, entrando em contato com o conhecimento construído pela humanidade e com práticas culturais e valores expressos na sociedade.

As novas aprendizagens ocorrem na combinação entre aquilo que se apresenta como um novo saber, e os conceitos, ideias e conhecimentos já introjetados ao longo de nossa história individual e coletiva. Antes de incorporar ou rejeitar novas ideias, a pessoa faz um confronto entre suas concepções e aquelas apresentadas pelo mundo. Nesse sentido, ao compartilhar uma nova ideia ou conceito com os jovens, o educador deve considerar as opiniões e hipóteses já expressas nas falas e nas ações dos educandos.

² Para mais informações sobre essa metodologia, consultar o site www.educacaoeparticipacao.org.br

“Aprender, sob qualquer forma que seja, é sempre aprender em um momento de minha história – mas também em um momento de outras histórias, as da humanidade, da sociedade dentro da qual vivo, do espaço no qual aprendo, das pessoas que são encarregadas de me ensinar. (...) Aprendemos porque existem ocasiões de aprender, em um momento onde se é mais ou menos disponível para aproveitar essas ocasiões; mas, às vezes, a ocasião não se reapresentará: aprender é então uma obrigação ou uma oportunidade que se deixou passar”. Charlot (1998).

Com base nessas concepções e princípios os encontros e as oficinas pedagógicas serão organizados, de maneira a proporcionar que todos aprendam e, acima de tudo, aprendam a aprender, adquirindo confiança e autonomia progressiva ao entrar em contato com novos conhecimentos, e com as diversas oportunidades de aprendizagem colocadas à disposição do grupo.

Como facilitador para o desenvolvimento das oficinas pedagógicas deve-se considerar ainda que:

- Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, criticidade, postura ética, humildade e tolerância.
- Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação.
- É preciso procurar descobrir o que o jovem é, o que sabe, o que traz consigo, o que ele se mostra capaz de fazer.
- É preciso ter a convicção que esses jovens, independentemente da situação em que estejam envolvidos, são capazes de produzir, criar e intervir no mundo.

O currículo das oficinas pedagógicas será ofertado em parceria com 4 organizações sociais parceiras. Os jovens terão acesso a um conjunto de temas que qualificarão sua formação para o desenvolvimento de um novo projeto de vida e de trabalho.

- Cidadania;
- Direitos e Responsabilidades;
- Respeito à Diversidade;
- Consumo;
- Projeto de vida;
- Emprego e renda: mercado de trabalho, economia solidária, associativismo e cooperativismo, empreendedorismo responsável, microcrédito;

- Elaboração de currículo, postura profissional em entrevistas de emprego, dinâmicas de grupo para seleção e busca de trabalho em diferentes contextos.

7.3. Estratégias metodológicas

Metodologias de ação são construtos pensados a partir de intencionalidades, conhecimentos e experiências que se convertem em princípios e diretrizes fundantes na condução da ação.

Sua aplicação subordina-se ao contexto em que é aplicada e, portanto, exige plasticidade para constituir-se em processo capaz de produzir mudanças. É necessário traçar caminhos intencionais nos modos como se operam as práticas e o trabalho socioeducativo.

A formação com temas transversais a ser realizada com os grupos de jovens participantes será desenvolvida a partir dos seguintes eixos formativos: Empregabilidade e Mundo do Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos, Relações Familiares, Promoção de Saúde, Políticas Públicas e Participação Social, Educação e Cultura.

Nesse sentido, o projeto apresenta uma proposta formativa e de favorecimento de inserção laboral aos jovens que vivenciam ou vivenciaram a experiência da medida socioeducativa em algum momento de suas vidas, orientação que amplia o espaço, o tempo e as múltiplas formas de participação nos territórios em que habitam e circulam, permitindo a vivência de novas formas de pertencimento e integração à comunidade, além de arranjos laborais e educativos que descortinam nesse novo horizonte.

O projeto mobilizará 100 jovens para participarem de oficinas formativas. Para isso, serão contatados os diferentes equipamentos governamentais (CRAS, CREAS, Escolas, Serviços de Medidas Socioeducativas, Centros Culturais, entre outros), OSCs e coletivos juvenis para divulgação do projeto e sensibilização dos jovens para participarem das oficinas ofertadas.

Com essa ação, espera-se promover condições que permitam a ampliação do horizonte cultural, social e político desses jovens, considerando o repertório de vida que lhes é próprio, e conferir singularidades e especificidades únicas no processo formativo. A junção desses repertórios possibilitará a apreensão dos conhecimentos e desenvolvimento de competências e habilidades que são fundamentais para a inserção produtiva e para a participação na vida comunitária e política.

A concepção educativa adotada pelo projeto estará alicerçada nos princípios de desenvolvimento integral dos jovens, que tem como pilares o exercício da autonomia, a participação política, o direito à cidade e a inserção produtiva qualificada. Tal abordagem busca criar condições para que os jovens possam exercer seu direito de participação ativa e que suas opiniões sejam ouvidas e consideradas no fortalecimento dos territórios, que são *locus* em que as políticas públicas se efetivam e ganham sentido e utilidade.

A formação e as oficinas realizadas serão baseadas no binômio teoria-prática, buscando atrelar os conceitos a atividades que possibilitem a vivência, experimentação e a mobilização dos jovens em diferentes intervenções, a partir de metodologias que ampliem e potencializem suas formas de ser e estar no mundo. Para tanto, o CENPEC lançará mão de metodologias já utilizadas em outros projetos³ e que se mostraram efetivas no alcance de resultados com a população jovem, a saber:

- Grupos de escuta-ativa: A proposta de se trabalhar com a escuta-ativa dos adolescentes e jovens tem como pressuposto que o processo de escuta não é avaliativo, mas sim que a experiência da escuta, como toda experiência humana, é modulada e engendrada cultural e historicamente. O que significa dizer que não há uma experiência de escuta geral ou universal, mas experiências de escuta locais e variáveis. Por isso, a nossa aposta em uma prática de escuta constante com os jovens capaz de produzir ações que correspondam ao desejo e aos sonhos de todos os envolvidos nesse projeto.
- Mediação de conflitos: processo orientado que buscará conferir aos jovens a autoria de suas próprias decisões, convidando-os à reflexão e ampliando alternativas aos impasses que lhes são impostos cotidianamente. Trata-se de um processo rico em possibilidades de negociação, que transformam um contexto de confronto em um contexto colaborativo.
- Portfólio Jovem (criação de projetos de vida): momento em que os jovens poderão registrar as ações realizadas ao longo das suas trajetórias no Projeto. Organizado a partir do percurso formativo no projeto, o Portfólio Jovem apresenta módulos que permitem ao participante: criar o seu perfil, contemplando suas experiências e trajetórias pessoais; mapear seus interesses e suas expectativas em relação ao projeto; compartilhar as

³ Projeto Jovens Urbanos, Assessoria às Políticas de Educação Integral, Educação com Arte, Tecendo Redes para Educação Integral e Prêmio Itaú-Unicef.

produções elaboradas nas experimentações; construir, desenvolver e socializar os resultados de seus projetos de vida.

- **Investigação cartográfica:** técnica baseada no princípio da investigação, que no projeto será usada para apreender e dar visibilidade às potências dos territórios e não apenas às suas fragilidades e vulnerabilidades. Na investigação cartográfica, extrapola-se o mapeamento de equipamentos e lugares, pois se considera importante reconhecer a comunidade como um todo. Nesse sentido, pressupõe-se que qualquer pessoa da comunidade possui habilidades, experiências e qualidades que podem contribuir com o bem comum. Busca-se também reconhecer as potências das pessoas, dos grupos, das comunidades, dos lugares e das culturas, buscando minimizar suas dificuldades. Trata-se da tentativa de reverter situações em que fraquezas criam efeitos de imobilidade dando lugar a potencialidades capazes de produzirem transformações de interesse coletivo. Essa abordagem permite desnaturalizar e problematizar os significados, provocando nos jovens o “desprendimento” de modelos e proporcionando novas formas de pensar e estar no mundo, reconhecendo a alteridade e os diferentes modos de viver.

8. Capacidade Operacional - Recursos Materiais e Espaços

8.1. Equipamentos específicos e materiais permanentes

QTD	ITENS
4	Notebook
4	Projektor
4	Caixa de som com entrada USB
4	Microfone

8.2. Materiais de consumo

QTD	ITENS
6	Pendrives 32 Gb
6	Adaptadores de tomada
4	Sulfite verde 100fls
4	Sulfite amarelo 100fls
4	Sulfite azul 100fls
4	Sulfite rosa 100fls

1	Sulfite branco 500fls
25	Tesouras escolar
16	Colas grande bastão pritt
25	Réguas
100	Canetas hidrográficas 850 J azul
100	Canetas hidrográficas 850 J vermelha
100	Canetas hidrográficas 850 J preta
200	Canetas esferográficas – azul (BIC)
1	Bobina de papel craft
4	Caixas Clips (médio)
4	Flip-chart + cavalete
4	Grampeadores
4	Cx de grampo (grampeador)
4	Apagador
4	Caixa Organizadora (média)
4	Mochila para NB

8.3. Oficinas e ou laboratórios:

04 salas com computador (01 em cada região priorizada) para realização de dois encontros formativos com adolescentes e jovens, para aulas sobre criação de currículo e busca de trabalho em sites especializados.

8.4. Salas de aula ou equivalente:

04 salas de aula, para formações com adolescentes e jovens, sendo uma em cada distrito priorizado e 1 no CENPEC, para formação conjunta com técnicos e profissionais das organizações.

01 auditório na região central da cidade com capacidade para 200 pessoas, para seminário que será realizado ao final do projeto.

8.5. A entidade proponente tem espaços e equipamentos, se necessários, para o desenvolvimento das atividades? () Sim (X) Não*

- **Para NÃO, onde e como será feito? (Discorra)**

A proposta apresentada conta com parceria a ser estabelecida com organizações sociais dos territórios priorizados, que sejam executoras de programa de medida socioeducativa em meio aberto.

Essa escolha dá-se por diferentes motivos: 1. Os adolescentes já conhecem e frequentam, ou frequentaram em algum momento, esses espaços, sendo próximo de suas residências, não demandando, portanto, grandes deslocamentos; 2. Ao realizarmos o projeto nos espaços nas organizações, compreendemos que fortalecemos a relação dos adolescentes e jovens com as instituições, além de possibilitar que encontros potentes entre as demais instituições que compõem a rede local de atenção e proteção às crianças e adolescentes com os profissionais destas organizações; 3. Compreendemos que o trabalho que realizaremos faz parte de uma ação macro, que é também desenvolvida pelas organizações durante as trajetórias dos adolescentes e jovens com os quais trabalharemos. Portanto, a parceria proposta nos parece coerente e agregadora para todos os envolvidos, sobretudo se considerarmos, em especial, que a proposta com o trabalho que buscaremos desenvolver é de sustentabilidade das próprias organizações, que terão subsídios metodológicos para sua continuidade.

Os encontros formativos que serão realizados com as equipes das organizações sociais parceiras, acontecerão na sede própria do CENPEC, localizada no bairro do Higienópolis.

O Seminário final será realizado no centro da cidade, em parceria com outra instituição, preferencialmente que já realize ações conjuntas com o CENPEC e/ou que seja uma instituição pública, ligada aos serviços municipais da cidade.

9. Equipe de Trabalho

Formação Profissional	Função no projeto	Nº de horas/mês	Vínculo
(cargo)			(CLT, prestador serviços, voluntário)
Profissional da área de humanas	Coordenador(a)	20hs	CLT
Profissional da área de humanas	Técnico de projetos I	160hs	CLT
Profissional da área de humanas	Educador social	38hs	PJ

10. Elementos de Impacto Social

(opcional)

Relacionar com a diretriz e o projeto elencado.

11. METAS

1. Identificar e Mapear organizações (OSCs) nas quatro regionais.
2. Realizar busca ativa de jovens em cumprimento de MSE nas quatro regionais.
3. Formar de 100 adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativa ou que estejam em cumprimento de medida em meio aberto, sobre questões relacionadas à qualificação para o mundo do trabalho, para potencializar suas condições de empregabilidade.
4. Realizar formação e certificar 16 profissionais de OSCs que aderirem ao projeto, contribuindo para o fortalecimento da sua prática cotidiana e que atuem com adolescentes e jovens autores de ato infracional, sobre os conceitos de mundo do trabalho, empregabilidade, cidadania, direitos humanos e sociais, mediação de conflitos e práticas de atendimento socioeducativo.
5. Realizar trabalho com famílias dos adolescentes contribuindo para que participem da vida e dos processos formativos dos filhos.
6. Realizar feira de empregos para jovens atendidos pelo projeto.
7. Elaborar relatório completo de pesquisa com resultados dos processos desenvolvidos.
8. Disseminar o trabalho desenvolvido por meio de um Seminário.

11.1. Objetivos específicos das Metas

	Meta(s)	Indicadores qualitativos	Indicadores quantitativos	Meios de Verificação
1	Identificar e Mapear organizações (OSCs) nas quatro regionais		Diagnóstico das organizações que executam MSE-MA nos territórios priorizados pelo projeto.	Relatório com diagnóstico.
2	Realizar busca ativa de jovens em cumprimento de MSE nas quatro regionais	Ampliação de diagnóstico que possa ser utilizado para outros projetos voltados aos egressos do Sistema Socioeducativa nos distritos selecionados.	Mapeamento de adolescentes e jovens que cumprem e/ou cumpriram medida socioeducativa nos territórios.	Relatório com levantamento.
3	Formar de 100 adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativa ou que estejam em cumprimento de medida em meio aberto, sobre questões relacionadas à qualificação para o mundo do trabalho, para potencializar suas condições de empregabilidade.	Ampliação de repertório dos adolescentes sobre empregabilidade e mundo do trabalho	80% de certificação dos participantes com no mínimo 75% de frequência.	Pesquisa com dados coletados antes da formação (marco zero), durante os encontros e ao término da formação.
4	Realizar formação e certificar 16 profissionais de OSCs que aderirem ao projeto, contribuindo para o fortalecimento da sua prática cotidiana e que atuem com adolescentes e jovens autores de ato infracional, sobre os conceitos de mundo do trabalho, empregabilidade, cidadania, direitos humanos e sociais, mediação de conflitos e práticas de atendimento socioeducativo.	Ampliação do repertório dos profissionais participantes do projeto quanto aos conceitos de mundo do trabalho, empregabilidade, cidadania, direitos humanos e sociais, mediação de conflitos e práticas de atendimento socioeducativo.	80% de certificação dos participantes com no mínimo 75% de frequência.	Pesquisa com dados coletados antes da formação (marco zero), durante os encontros e ao término da formação. Lista de presença.
5	Realizar trabalho com famílias dos adolescentes contribuindo para que participem da vida e dos processos formativos dos filhos.	Ampliação de repertório das famílias sobre o desenvolvimento integral dos filhos e das perspectivas de inserção social e produtiva.	80% de certificação dos participantes com no mínimo 75% de frequência nos dois encontros previstos.	Formulário para coleta de dados sobre o engajamento das famílias nos processos de inserção dos filhos. Lista de presença
6	Realizar feira de empregos para jovens atendidos pelo projeto.	Ampliação de horizonte laboral dos jovens atendidos no projeto.	1 encontro realizado com a presença de 90% dos jovens atendidos.	Pesquisa realizada com os jovens após o encontro. Lista de presença
7	Elaborar relatório completo de pesquisa com resultados dos processos desenvolvidos.	Identificação de mudança na percepção sobre as práticas socioeducativas dos participantes entrevistados.	Pesquisa realizada com os participantes dos cursos antes e após o ciclo de formações recebidas.	Relatório produzido.
8	Disseminar o trabalho desenvolvido por meio de um Seminário	Mobilizar e sensibilizar a sociedade para questões relativas a adolescência e juventude, particularmente referentes ao envolvidos com atos infracionais, egressos ou em cumprimento de medidas socioeducativas para compreensão de suas causas, possibilidades e complexidades.	1 Seminário realizado com a presença de 90% do público estimado.	Lista de presença.

12. FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

	Meta(s)	Indicadores qualitativos	Indicadores quantitativos	Meios de Verificação
1	Identificar e Mapear organizações (OSCs) nas quatro regionais		Diagnóstico das organizações que executam MSE-MA nos territórios priorizados pelo projeto.	Relatório com diagnóstico.
2	Realizar busca ativa de jovens em cumprimento de MSE nas quatro regionais	Ampliação de diagnóstico que possa ser utilizado para outros projetos voltados aos egressos do Sistema Socioeducativa nos distritos selecionados.	Mapeamento de adolescentes e jovens que cumprem e/ou cumpriram medida socioeducativa nos territórios.	Relatório com levantamento.
3	Formar de 100 adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativa ou que estejam em cumprimento de medida em meio aberto, sobre questões relacionadas à qualificação para o mundo do trabalho, para potencializar suas condições de empregabilidade.	Ampliação de repertório dos adolescentes sobre empregabilidade e mundo do trabalho	80% de certificação dos participantes com no mínimo 75% de frequência.	Pesquisa com dados coletados antes da formação (marco zero), durante os encontros e ao término da formação.
4	Realizar formação e certificar 16 profissionais de OSCs que aderirem ao projeto, contribuindo para o fortalecimento da sua prática cotidiana e que atuem com adolescentes e jovens autores de ato infracional, sobre os conceitos de mundo do trabalho, empregabilidade, cidadania, direitos humanos e sociais, mediação de conflitos e práticas de atendimento socioeducativo.	Ampliação do repertório dos profissionais participantes do projeto quanto aos conceitos de mundo do trabalho, empregabilidade, cidadania, direitos humanos e sociais, mediação de conflitos e práticas de atendimento socioeducativo.	80% de certificação dos participantes com no mínimo 75% de frequência.	Pesquisa com dados coletados antes da formação (marco zero), durante os encontros e ao término da formação. Lista de presença.
5	Realizar trabalho com famílias dos adolescentes contribuindo para que participem da vida e dos processos formativos dos filhos.	Ampliação de repertório das famílias sobre o desenvolvimento integral dos filhos e das perspectivas de inserção social e produtiva.	80% de certificação dos participantes com no mínimo 75% de frequência nos dois encontros previstos.	Formulário para coleta de dados sobre o engajamento das famílias nos processos de inserção dos filhos. Lista de presença
6	Realizar feira de empregos para jovens atendidos pelo projeto.	Ampliação de horizonte laboral dos jovens atendidos no projeto.	1 encontro realizado com a presença de 90% dos jovens atendidos.	Pesquisa realizada com os jovens após o encontro. Lista de presença
7	Elaborar relatório completo de pesquisa com resultados dos processos desenvolvidos.	Identificação de mudança na percepção sobre as práticas socioeducativas dos participantes entrevistados.	Pesquisa realizada com os participantes dos cursos antes e após o ciclo de formações recebidas.	Relatório produzido.
8	Disseminar o trabalho desenvolvido por meio de um Seminário	Mobilizar e sensibilizar a sociedade para questões relativas a adolescência e juventude, particularmente referentes ao envolvidos com atos infracionais, egressos ou em cumprimento de medidas socioeducativas para compreensão de suas causas, possibilidades e complexidades.	1 Seminário realizado com a presença de 90% do público estimado.	Lista de presença.